



IX CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

Portugal, território de territórios

ÁREA TEMÁTICA: Famílias e Curso de Vida [ST]

DOIS LARES, O DOBRO DOS BRINQUEDOS: VOZES E OLHARES DE CRIANÇAS SOBRE A RESIDÊNCIA ALTERNADA EM FAMÍLIAS RECOMPOSTAS

DIAS, Sofia Alexandra

Doutoranda de Sociologia, Universidade da Beira Interior, sdias@cm-borba.pt

SANTOS, Filomena

Doutora em Sociologia, Universidade da Beira Interior, namesantos@sapo.pt

Resumo

O tema da investigação remete para o campo de estudos da Sociologia da Família e da Infância, tratando-se da análise e compreensão da residência alternada em famílias recompostas por intermédio das vozes e olhares das crianças. Trata-se de uma investigação em curso, no âmbito da tese do 3.º Ciclo de Estudos em Sociologia pela Universidade da Beira Interior. Relativamente ao objetivo genérico do estudo, este visa analisar e compreender a diversidade de percursos e perfis de interações familiares das famílias recompostas com residência alternada e o modo como nelas se vivencia a parentalidade e a infância com enfoque na percepção das crianças.

Desta forma, considerou-se ser de total pertinência a adoção de uma estratégia qualitativa, conjugando diversas técnicas de recolha de dados, nomeadamente, entrevistas semiestruturadas, produção de textos e metodologias visuais (como o desenho infantil e as fotografias). Esta triangulação de dados possibilita uma compreensão intensiva e aprofundada das famílias recompostas através das vozes e olhares das crianças.

Abstract

The theme of the research refers to studies of sociology field of Family and Children, in the case of the analysis and understanding of alternating residence in blended families through the voices and eyes of children. This is an ongoing investigation, under the thesis of the 3rd cycle of studies in Sociology at the University of Beira Interior. Regarding the general objective of the study, it aims to analyze and understand the diversity of paths and profiles of family interactions of stepfamilies with alternating residence and how them is experienced parenting and childhood focusing on perception of children.

Thus, it was considered to be total membership adopting a qualitative strategy combining different data collection techniques, namely, semi-structured interviews, production of texts and visual methodologies (such as children's drawings and photographs). This data triangulation allows an intensive and in-depth understanding of blended families through the voices and eyes of children.

Palavras-chave: crianças; famílias; residência; parentalidade; infância.

Keywords: children; families; residence; parenthood; childhood

[COM0165]

1. Nota introdutória & objetivos

Complexa e assente em frequentes ruturas, a história da família merece uma atenção especial. De salientar que o seu próprio significado tem evoluído historicamente. A par de outras instituições sociais, a família estabelece padrões de comportamento, no entanto, embora se trate de uma das mais antigas instituições da sociedade, a sua configuração tem sofrido transformações - no tempo e no espaço -, tornando assim pertinente conhecer ao pormenor todas essas evoluções.

O casamento passou a deter uma conotação bem distinta da que se verificava antigamente, a componente económica perdeu espaço e o amor passou a ter maior relevo nas relações matrimoniais. Contrariamente ao que se verificava à umas décadas atrás, denota-se um aumento considerável do número de casais sem filhos e de crianças a viver somente com um dos progenitores - famílias monoparentais -, o que demonstra que a família alargada tem cada vez menos expressão, enquanto outros modelos vão emergindo. O aumento do divórcio espelha uma maior aceitação da rutura conjugal, uma vez que os indivíduos procuram, cada vez mais, além da realização do casal, enquanto duo, a realização pessoal de cada elemento familiar.

É extrema importância referir que “os meandros da (des)igualdade conjugal, podem, de facto, reverter-se de alguma complexidade, pois, os constrangimentos de género são parte integrante da vida familiar, podem (re)produzir-se em situações relativamente diferenciadas” (Aboim, 2005: 258). A igualdade ou desigualdade conjugal é uma realidade complexa, em parte pelas distintas situações que lhes estão associadas, situações por vezes constrangedoras.

Existe uma multiplicidade de tipos distintos de formas familiares, e esta diversidade, encontra-se associada, em grande medida, a um conjunto de transformações sociais, culturais e económicas, que a nossa sociedade tem atravessado.

É sob esta lógica evolutiva que considerámos de total pertinência ter como objetivo genérico desta investigação a análise e compreensão da diversidade de percursos e perfis de interações familiares no seio das famílias recompostas com residência alternada, e o modo como nelas se vivencia a parentalidade e a infância aos olhos das crianças. Na sequência deste objetivo de carácter mais abrangente, foram formulados três objetivos específicos: a) Caracterizar as relações familiares das famílias recompostas por intermédio do conhecimento das suas práticas em diversos domínios da vida quotidiana, nomeadamente, ao nível doméstico, profissional, familiar e lazer; b) Analisar e compreender como é vivenciada a parentalidade no seio destas famílias, mediante: o conhecimento do envolvimento parental, e em particular o envolvimento dos companheiros(as) das mães e pais biológicos no núcleo familiar; a análise da comunicação e interação entre os progenitores, bem como a interação destes com os companheiros dos ex-cônjuges; c) Analisar e compreender como é vivenciada a infância, tendo por base: a análise dos hábitos e práticas quotidianas das crianças nas «duas casas» (como as brincadeiras, a higiene ou a realização de tarefas escolares), assim como as suas maneiras de sentir e de agir face aos relacionamentos familiares experienciados em «casa da mãe» e em «casa do pai»; a análise das emoções e das representações das crianças sobre a sua família e as suas figuras parentais, em especial, em relação ao padrasto e/ou à madrasta; a identificação das suas representações face à sua condição de filhos/enteados (nomeadamente pelo facto de a criança ter duas casas e «duas famílias»).

2. Estado da arte

2.1. Família & Mudança

Desconstruir o conceito de família implica que o pensamento atravessasse diversas noções. Na perspetiva do professor François de Singly, no que se refere à relação entre os elementos que constituem a família, na família «tradicional» ou «holista», os indivíduos encontram-se ao serviço do grupo, no entanto, na família «moderna» ou «individualista», é a família que está ao serviço de cada elemento (Singly, 2011).

Ariès (1973), salienta que a família tradicional tinha como função a conservação dos bens, a prática comum de um ofício e a entreatada quotidiana entre os seus membros (Ariès, 1973; Kellerhals et al, 1984). De referir que as trocas afetivas e as comunicações sociais eram asseguradas fora do núcleo familiar, num meio “caloroso, de vizinhos, de amigos, de senhores e servos” (Kellerhals *et al.*, 1984: 17). No entanto, estas sociabilidades públicas dissiparam-se em consequência da separação progressiva entre o espaço de trabalho e o espaço de residência.

Para Beck e Beck-Gernsheim (1995) torna-se relevante abordar o processo de desinstitucionalização ou destradicionalização, o qual se manifesta pela perda de importância das relações sociais tradicionais e das instituições por detrás delas (ex. família, classe ou religião), em contraposição com o peso de novas instituições (ex. trabalho, o estado, o sistema de educação ou o sistema judicial).

A história da família moderna não é homogênea, devendo ser dividida em dois períodos, modernidade e “segunda modernidade” (Singly, 2011: 22). A passagem da família por estes dois períodos traduz um “aprofundamento dos princípios da individualização e de transformação dos laços” (idem). Podem destacar-se como principais características da família na segunda modernidade pode-se salientar por um lado a emancipação das mulheres, a reivindicação da independência e da autonomia individuais e, a força que o amor detém nas relações conjugais (Singly, 2011). Estas transformações ocorridas na família contemporânea são em termos ideais, reveladoras da emergência da noção de “amor confluyente”, um amor democrático que pressupõe igualdade na dádiva e contra dádiva emocional e com satisfação sexual recíproca e, “relação pura”, assente na confiança mútua, na revelação, na comunicação e no diálogo (Giddens, 1996 [1992]: 39).

2.2. Mudanças Expressas em Números

A sociedade portuguesa tem atravessado inúmeras e marcantes mudanças ao longo das últimas décadas. Deixou de ser uma sociedade rural, iletrada, pobre e muito marcada pela diferenciação de género (Aboim, 2010). Os “padrões familiares” foram alvo de acentuadas mudanças, ao contrário do que seria expectável em gerações anteriores (Giddens, 2010: 174).

São distintas as tendências demográficas que se têm vindo a registar ao longo das últimas décadas, nomeadamente ao nível do trabalho, com uma maior participação das mulheres no mercado laboral, uma crescente importância atribuída à conciliação trabalho-família, o aumento do desemprego ou o trabalho não remunerado. Por outro lado, ao nível da conjugalidade assiste-se a uma diminuição progressiva do número de casamentos e um crescimento notório dos divórcios, o que em parte se relaciona com aspetos legislativos.

Um outro aspeto demográfico que merece um destaque especial, tem que ver com a pluralidade de estruturas familiares a que a nossa sociedade tem assistido. Destaca-se um padrão familiar assente em famílias de menor dimensão, consequência do menor número de filhos, do decréscimo das famílias alargadas e do número de famílias unipessoais. Porém, como vimos, viver em casal continua a ser a forma preferencial de organização da vida familiar.

No que concerne à fecundidade, assiste-se a uma queda intensa da fecundidade e do Índice Sintético de Fecundidade (ISF). Os nascimentos fora do casamento contrariam esta tendência, tendo o seu número sofrido um aumento significativo, facto que se deve à informalização da conjugalidade, com o crescente recurso à coabitação e à união de facto. Os nascimentos em casais com filhos não comuns também têm registado um aumento gradual, o qual acompanha a tendência de crescimento dos agregados recompostos. Todas estas tendências demográficas e transformações sociais implicam um processo de mudança progressivo e persistente em direção a novas formas de viver em casal e em família.

2.3. Diversidade Familiar & Famílias Recompuestas

A família é comumente vista como um espaço de afetos, solidariedade, refúgio e proteção sobre as adversidades exteriores e o olhar alheio. Desta forma, a família constitui-se como: (...) um espaço

privilegiado para a elaboração e aprendizagem de dimensões significativas da interação: os contactos corporais, a linguagem, a comunicação, as relações interpessoais. É, ainda, o espaço de vivência de relações afetivas profundas: a filiação, a fraternidade, o amor, a sexualidade... numa trama de emoções e afetos positivos e negativos que, na sua elaboração, vão dando corpo ao sentimento de sermos quem somos e de pertencermos àquela e não a outra qualquer família (Alarcão, 2000: 35).

Estas imagens, idealizadas, contribuem para a transmissão de uma imagem excessivamente positiva da família, circunscrita em laços de afetividade, solidariedade e realização individual, de acordo com as grandes tendências históricas de sentimentalização, privatização e individualização da vida familiar. Todavia, sabe-se que estas relações não são assim tão harmoniosas. Chiara Saraceno (1997), refere a existência de um outro lado da família, a par das “imagens também contemporâneas da família-refúgio, da família lugar de intimidade e de afetividade, espaço de autenticidade, arquétipo de solidariedade, da privacidade, juntam-se as imagens da família como lugar de inautenticidade, de opressão, de obrigação, de egoísmo exclusivo, a família como geradora de monstros, de violência, a «família que mata»” (Saraceno, 1997: 13 e Costa, 2001: 44).

Os laços que unem a família são também eles, em algumas circunstâncias, destruidores dessa mesma família/união, uma vez que a individualização que tem vindo a manifestar-se na família, deu origem ao aparecimento de novos conflitos familiares e conjugais. Fatores como a entrada da mulher no mercado de trabalho e a divisão dos papéis conjugais e parentais, a par da força crescente da ideologia da igualdade em casa e na profissão, podem surgir elementos que dificultem a conciliação e despoletar eventuais conflitos. Assim, “para se explicar o aumento do divórcio e a crescente tolerância a ele associado, é necessário entender os processos sociais, as transformações que ocorrem nas relações conjugais e familiares, mas também as mudanças envolventes mais globais” (Torres, 1996: 68).

O facto de as conjugalidades serem consideradas como algo que pode não ser para toda a vida, entra em conflito com a ideia da parentalidade, a qual é para a vida (Dias, 2013f). A parentalidade molda-se de acordo com as “estruturas e funções da família numa dada sociedade” (Kellerhals *et al.*, 1984: 102). Neste sentido, a conjugalidade possui uma outra vertente marcada pela infidelidade, pelo desamor e pelo afastamento do casal, aspetos estes que se distanciam dos ideais de felicidade. Segundo Aboim, atualmente assiste-se a uma “descontinuidade” entre a esfera afetiva - sendo esta alvo de elevadas expectativas -, e as rotinas diárias, as quais originam, de acordo com a autora, “fragmentação” e “sofrimento” (Aboim, 2011: 110).

François de Singly (2002), retoma a terminologia da «crise», referindo-se ao culto do eu, associado ao individualismo contemporâneo, realçando que a autenticidade do eu se baseia no suscitar de crises, crises internas, da vida privada. O desfecho destas crises é imprevisível, mas necessário, permitindo ao indivíduo fazer escolhas e tomar determinadas decisões. É na sequência destas crises que o indivíduo decide continuar um determinado relacionamento, ou romper, tornando-se o divórcio numa possibilidade. É neste sentido que Goode (1993) pensa o divórcio como uma «válvula de escape». Qualquer rutura conjugal pressupõe a produção de um conflito. Conflito esse que não tem necessariamente de adquirir tons negativos. Assim, “numa família em crise, dominada pela comunicação distorcida e paradoxal, não há vencedores, nem vencidos: só uma mudança partilhada poderá ultrapassar o momento disfuncional e levar o agregado familiar a um novo nível de entendimento” (Sampaio, 2006: 39). Quando isto ocorre a “separação adquire um carácter de libertação” (Aguilar, 2008 [2006]: 28).

Louis Roussel (1980) salientou na sua análise a relação que existe entre modelos de casamento - aliança, fusão e associação -, e as tipologias de divórcio por ele identificadas. Ao casamento-aliança, fundado na instituição como quadro da solidariedade afetiva, está associado o divórcio-sansão; neste caso, a ruptura conjugal só se justifica se houver uma falta grave da instituição. Ao casamento-fusão, que reduz a instituição a uma mera formalidade cómoda e que assenta fundamentalmente na solidariedade afectiva intensa, corresponde o divórcio-falha; a ruptura conjugal, nesta situação, é pressentida com angústia e culpabilidade. E, finalmente, ao casamento-associação, que é apenas um contrato privado cuja finalidade é a de maximizar as gratificações de cada parceiro, está associado o divórcio como simples problema privado.

Uma outra análise desta realidade é apresentada por Anália Torres (1992), no seu trabalho sobre o divórcio em Portugal. Fortemente inspirada nas propostas de Roussel (1980), a autora relaciona três formas de conjugalidade - “institucional, fusional e associativa” -, com os três tipos de divórcio por ela identificados - “fatalidade, culpa do outro e desencontro” (Torres, 1992; Dias, 2013e).

Num processo de divórcio, um dos desafios mais difíceis que os pais enfrentam quando se separam é a decisão relativa à responsabilidade e tempo com os seus filhos. Por vezes, os pais têm receio que o fim da relação conjugal também signifique o fim da relação parental, preocupando-se igualmente com o potencial impacto negativo da separação no desenvolvimento dos seus filhos.

Quer seja desejado ou imposto, o divórcio não faz parte dos planos iniciais de quem decide formar uma família, no entanto, com excepção de alguns meios sociais, esta realidade é aceite na Sociedade Portuguesa com alguma naturalidade.

Pese embora todos esses conflitos e divergências, os mesmos não parecem ser suficientes para extinguir o desejo e a motivação de constituir uma nova família. Pelo contrário, segundo Anália Torres (1996), um segundo casamento ou união pode contribuir para a aceitação e superação de situações que não foram de fácil aceitação na relação anterior.

Com o aumento contínuo do divórcio verifica-se uma certa “informalização das segundas conjugalidades”, contribuindo assim para o aumento de uniões de facto duradouras, e em alguns casos, permanentes, nomeadamente no caso das famílias recompostas (Aboim, 2011: 86).

A coabitação conjugal tem revelado uma importância crescente quando refletidos sobre as mudanças que têm ocorrido em Portugal. Revelando-se parte integrante do processo de modernização português (Santos, 2013).

Uma vez que o processo de recasamento se constitui como um processo transitivo, o divórcio passa também ele a ser encarado como um acontecimento transitório que faz parte do percurso de vida dos indivíduos (Furstenberg et al, 1987). Desta forma, a análise sociológica tende a realçar uma pluralidade de dinâmicas decorrentes deste processo, nomeadamente os trajetos anteriores, individuais, conjugais e sociais, bem como as formas de regulação do quotidiano destas «novas» famílias (Lobo, 1995).

As famílias de hoje, as «novas» famílias, são tudo menos novas. Do ponto de vista temporal não se pode falar em «novas» famílias, tendo em conta todas as evidências do quotidiano, reveladas pelo vocabulário familiar, ou as evidências que a história transmite ao nível, por exemplo, da instabilidade das estruturas familiares no passado.

Como vimos, o número de casais recompostos tem registado um aumento significativo. Destes, mais de metade escolheram viver em união de facto.

Algumas das características das famílias recompostas, na perspectiva de Bernadette Bawin-Legros (1988), estão relacionados com a sua natureza diversificada e multidimensional, pois estas famílias possuem uma «geometria variável» e integram elementos diversos.

A frequente recomposição familiar (e re-recomposição...), faz com que novas pessoas entrem na história da criança – madrasta ou padrasto e seus parentes, novos irmãos –e com elas irão estabelecer relações significativas” (Gersão, 2014: 126). A diversidade de configurações familiares que podem ter origem na reconstrução familiar, desencadeia o estabelecimento de relações distintas.

Para Engrácia Leandro (2001) a pluralidade de relações que se estabelecem após um recasamento, podem ser tanto de natureza intra-familiar, como inter-familiar (Leandro, 2001). A «nova» família estabelece uma panóplia de relações, como já foi referido, dentro e fora da família que se constituiu (com os atuais cônjuges, com os filhos de ambos, mas também com os ex-cônjuges e com os filhos comuns da relação anterior, se houver). Desta forma, nas famílias reconstruídas com filhos de relações anteriores, a junção de “os meus, os teus e os nossos”, como refere José Gameiro (2001: 9) torna-se numa realidade cada vez mais comum,

embora pareça não ser tão frequente quanto a conhecida expressão sugere, uma vez que só 40% dos casais recompostos têm filhos comuns, e apenas 17% destes são do cônjuge masculino.

Quando a relação conjugal se dissolve e existem filhos dessa relação, não se pode simplesmente «cortar relações» com o antigo companheiro(a). É importante, nestes casos, “separar o anterior papel de amante do de pai ou mãe que permanece” (Ricci, 2004 [1997]: 72).

Entre pais e filhos não há divórcio, e para o bom desenvolvimento da criança é desejável, segundo vários estudos, que esta mantenha contacto com ambos os pais e restante família alargada. Quando as crianças passam a ter duas casas após a separação/divórcio dos pais - a casa da mãe e a casa do pai -, não implica que a criança passe a ter duas famílias, pois a “sua família é, e será sempre, apenas uma”, na medida em que as relações familiares transcendem as residências (Agulhas, 2013 *cit.* in APIPDF, 2013: 4).

É notória uma evolução do papel do pai dentro da família, mas terá sido esta evolução acompanhada pela sociedade? Os pais partilham - cada vez mais - as responsabilidades parentais, o brincar, o alimentar, o deitar, entre outros aspetos inerentes ao cuidado de uma criança. É importante que estes cuidados partilhados se mantenham mesmo após o divórcio/separação. Muitos casais quando se divorciam, divorciam-se também dos filhos. No entanto é importante que os progenitores saibam separar “aquilo que é o conflito do casal e aquilo que é o bem-estar das crianças” (Portinha, 2014).

Tal como refere Inês Portinha, é frequente ocorrer uma certa “manipulação da criança” (idem). É neste sentido que se fala em alienação parental. A alienação parental “representa um processo de uma enorme perversidade”, limitando o contacto com ambos os pais e impondo às crianças conflitos intermináveis (Aguilar, 2008 [2006]: 17).

O exercício da parentalidade não deve, nem tem de ser um exercício onnipotente, em particular, quando os progenitores não conseguem separar os conflitos conjugais da sua relação enquanto pais. Nestes casos é importante recorrerem a um conjunto de mecanismos de auxílio, um apoio especializado, como a mediação judicial ou a mediação familiar.

Após a separação, o tipo de guarda “terá uma influência decisiva” na vida dos progenitores e na vida das crianças, independentemente do tipo estipulado (Ricci, 2004 [1997]: 233). Quando o contacto da criança é feito exclusivamente com um dos progenitores, convivendo diariamente pouco com o outro, perde-se a partilha do quotidiano em diferentes contextos com o progenitor ausente. O contacto exclusivo materno ou paterno tem um “impacto negativo” na vida da criança (Agulhas, 2014). Muitos pais querem participar assiduamente na vida dos seus filhos, mas vêm-se impossibilitados de o fazer por causa deste regime de visitas. Alguns pais rejeitam-se a “ser telepais [...] ou pais em suaves prestações quinzenais” (Eduardo Sá *cit.* in Aguilar, 2008 [2006]: 12).

Além destas situações de contacto exclusivo materno ou paterno, o fator geográfico é outro que merece ser considerado. Qualquer mudança geográfica drástica feita por um progenitor, afeta as crianças e o outro progenitor. A grandeza desta mudança torna ainda mais fortes as emoções passadas, e faz com que as crianças tenham acesso reduzido ao outro progenitor (Ricci, 2004 [1997]).

Com vista a minimizar estes impactos, surge a guarda partilhada, a qual corresponde à partilha da autoridade parental, onde ambos os pais têm autoridade sobre a criança. Cabe aos dois decidirem em conjunto sobre os aspetos fundamentais da vida da criança. É importante distinguir a guarda partilhada da residência alternada, pois uma não implica a outra. A residência alternada consiste na divisão rotativa, geralmente simétrica, do tempo que uma criança passa com a mãe e com o pai. O objetivo é permitir que a criança conviva com ambos os progenitores, podendo, dessa forma, usufruir de uma educação partilhada. Os tempos são distintos e variáveis. Nestes períodos, cada progenitor exerce em exclusivo os cuidados indissociáveis ao exercício das responsabilidades parentais.

A tendência pela residência alternada representa uma realidade cada vez mais adotada pelos casais que se separam. A partilha equilibrada do tempo por ambos os progenitores, origina que ambos continuem a ter uma presença frequente na vida dos seus filhos.

2.4. Parentalidade & Infância

A infância traduz-se num “processo de transformação contínuo” no qual existem distintos momentos, tendo em conta “o grau de autonomia física, moral, intelectual, social e económica” (Dias, 2013g: 4).

A criança surge como um “salvador” numa sociedade onde se presencia uma elevada falta de crianças (Winterhoff, 2011: 25). Como já vimos em capítulos anteriores, estamos perante uma queda intensa da fecundidade, a qual se tem acentuado nas últimas décadas, tornando as crianças num “bem raro e consequentemente desejável e valioso, devendo ser tratado de modo privilegiado” (idem).

De modo geral a parentalidade é entendida como “algo de maravilhoso, a melhor coisa da vida, uma felicidade, algo que não tem explicação [...] algo natural que dá sentido à vida” (Marques, 2008: 19). Embora prevaleça este lado positivo, estão patentes no exercício da parentalidade inúmeras dificuldades. Foi com base nesta dualidade que Marques (2008) deu título ao seu trabalho: «Eu gosto muito do meu filho mas...».

A parentalidade positiva refere-se ao comportamento dos progenitores, tendo estes como principal objetivo a criação de condições necessárias para que as crianças consigam desenvolver as suas capacidades. Capacidades essas de cariz emocional, social, comunicativo, bem como ao nível da autonomia e da resolução de problemas. A forma como os pais exercem a sua função parental é bastante diversificada e tem variado ao longo do tempo. Como vimos, os pais podem ser afetivos, compreensivos e autoritários. A principal componente distintiva das tipologias anteriormente referidas assenta na afabilidade e tolerância dos pais face aos filhos.

Segundo Kellerhals, Troutot e Lazega (1984), o controlo que os pais têm sobre o futuro das crianças, os papéis de cada elemento familiar e a integração e articulação com a sociedade são fatores importantes no que respeita à relação que se estabelece entre pais e filhos. A forma como os progenitores se relacionam (ações, atitudes e estado de espírito) contribui para a adaptação dos filhos à mudança. Os pais são um terminante reflexo da criança e é importante que assim seja (Winterhoff, 2011).

Dentro deste conceito genérico que é a parentalidade, incorporamos as dinâmicas da maternidade e da paternidade como um todo. Porém, alguns autores têm debruçado o seu estudo sobre este último conceito. Karin Wall et al (2010) realizaram uma análise sobre os perfis de paternidade no Portugal contemporâneo. A paternidade foi estudada por estas autoras tendo em consideração as seguintes dimensões: “as práticas parentais”; “o tipo de laço entre pai e criança”; e “as orientações dos homens para a paternidade” (Wall *et al.*, 2010: 315).

Neste sentido, a “coparentalidade surge como a forma de assegurar à criança a satisfação das suas necessidades e a salvaguarda dos seus direitos, permitindo-lhe conservar os dois progenitores como figuras principais de vinculação e de identificação” (Agulhas, 2014). O exercício conjunto das responsabilidades parentais, tem feito o seu caminho, «passo a passo», tendo vindo a tornar-se numa prática cada vez mais aceite.

A certa altura surgiu um novo sentimento no seio da família, antes desconhecido, o qual remete para o “amor maternal”, um sentimento “gerado na trama da intimidade doméstica crescente entre a mãe e o seu bebé” (Cunha, 2007: 33). É neste sentido, que para Ariès (1960), “a família modifica-se profundamente na medida em que modifica as suas relações internas com a criança” (Ariès, 1960: 258).

Falar do lugar que as crianças ocupam, dos seus mundos e das suas experiências é indissociável de falar de culturas da infância. São condições estruturantes de cada geração que reconstroem sucessivamente este espaço, quer por intermédio do contexto sociocultural de pertença das crianças, como das suas famílias de origem (Costa *et al.*, 2014). As culturas da infância surgem como um conceito central para a Sociologia da

Infância. Representam um elemento distintivo, na medida em que as crianças “possuem modos diferenciados de interpretação do mundo e de simbolização do real” (Sarmento, 2005: 371).

Os pais são como um « pilar » e servem de “apoio para a exploração do mundo, pela criança” (Sampaio, 2006: 61). Numa situação de divórcio/separação, as crianças sentem-se inquietas e vivem momentos de sofrimento e incerteza, necessitando de recorrer aos seus progenitores para que estes as confortem.

Para uma criança, o casamento e a família, implicam união, felicidade, harmonia, partilha e amor. Na « verdadeira família », o pai e a mãe vivem debaixo do mesmo teto com os seus filhos. O divórcio é o oposto de tudo isto. As pessoas ficam zangadas, tristes e um dos pais muda-se para outra casa. Quando os pais se divorciam, os filhos consideram que “a família já não é a mesma” (Ricci, 2004 [1997]: 78).

A sociedade portuguesa tende a agir como se as crianças tivessem autonomia suficiente para suportarem a carga emocional diária sem que isso as afetasse (Dias, 2013g). Um destes momentos pode relacionar-se, por exemplo com aquilo que as crianças ouvem sobre a sua família, muitas vezes com uma conotação menos positiva: « A tua família está destruída. », « És vítima do divórcio dos teus pais. », « Os teus pais são um fracasso. », são alguns dos rótulos negativos a que as crianças são expostas. Assim, a utilização de todo um leque de termos e hábitos positivos, na utilização do novo estatuto de pai ou mãe separado(a) e o sublinhar de capacidades das crianças, enfatiza a importância da família (Ricci, 2004 [1997]). Tornar-se num pai ou mãe divorciado(a), mudará diversas coisas, mas “ não diminui a importância da sua família ” (Ricci, 2004 [1997]: 344).

O relacionamento entre padrastos/madrastas e enteados, leva o seu tempo a consolidar-se, pois os filhos necessitam de tempo para compreender a ideia do segundo casamento da mãe ou do pai, e, conseqüentemente a entrada do companheiro(a) do pai/mãe em casa. Assim, estas famílias requerem tempo para que os processos de transição e de adaptação às novas relações familiares atinjam os objetivos desejados.

Irène Théry (1995), refere a existência de duas lógicas na recomposição familiar e na construção social do papel do padrasto, a lógica da substituição e da perenidade. A lógica da substituição remete para a transferência de papéis no que respeita à educação e ao acompanhamento das crianças. Esta transferência, de acordo com os estudos desenvolvidos, é comumente encontrada em grupos de baixa escolaridade. A falta de institucionalização das famílias recompostas leva-as a procurarem modos próprios de regulação. É possível afirmar que, enquanto a lógica de substituição caracteriza as famílias recompostas em que o casal parental não sobrevive à rutura do casal conjugal, na lógica da perenidade as famílias caracterizam-se por uma continuidade do casal parental após a rutura conjugal.

Coloca-se, então, uma questão à recomposição familiar, relacionada com a parentalidade, a qual visa aferir se existe lugar para uma pluriparentalidade. Embora em termos culturais permaneçam as máximas de que « pai há só um » e « mãe há só uma », cresce o reconhecimento em torno daqueles que, “ sem terem qualquer relação biológica com a criança, constroem com ela um forte vínculo afetivo e uma relação baseada na partilha do quotidiano ” (Atalaia, 2010: 444).

Por intermédio de toda a linguagem simbólica utilizada nos contos infantis sobre o papel da madrasta e do padrasto, “ as crianças estabelecem uma ponte de significado do mundo exterior para o seu mundo interior ” (Carreira, 2012: 7; Dias, 2013f). Os contos infantis conseguem, de certa forma, personificar os medos que as crianças naturalmente têm, nomeadamente ao nível do abandono e rejeição.

Atualmente as madrastas começam a abandonar o rótulo de « más » e a tornar-se cada vez mais no exemplo dos mais jovens, que a aceitam enquanto companheira do pai e por vezes estabelecem com ela relações bastante próximas ou cordiais.

Não só para os filhos esta nova realidade é complexa, também para o padrasto/madrasta a integração numa família onde já existem filhos de um casamento/relação anterior não é fácil.

Tanto o padrasto como a madrasta, ao entrarem na família das crianças, serão considerados por estas como “um intruso, um outsider”, uma vez que não fazia parte dessa família anteriormente (Lobo, 2005: 98). Por outro lado, do ponto de vista dessa figura, também as crianças se constituem como intrusos. Assim, ao olharmos para a entrada de um elemento novo numa determinada família, tanto o padrasto/madrasta, como a criança, são “«invadidos» e «invasores»” (*idem*).

3. Estratégia metodológica

Desta forma, considerou-se ser de total pertinência a adoção de uma estratégia qualitativa, conjugando diversas técnicas de recolha de dados. Por um lado, a realização de entrevistas de natureza semiestruturada, permitem a obtenção de uma maior profundidade de informação, sendo úteis na recolha de informação ao nível das representações, valores e normas. A sua “flexibilidade e a fraca diretividade” possibilitam a recolha de “testemunhos e as interpretações dos interlocutores, respeitando os próprios quadros de referência - a sua linguagem e as suas categorias mentais” (Quivy, 2008: 194). A sua natureza semiestruturada facilita o entrevistado na estruturação do seu pensamento, sendo este recentrado para as questões principais de análise por via do guião de investigação. De salientar que existem algumas limitações associadas a este tipo de procedimento, nomeadamente o facto de se tratar de um método de recolha e tratamento de dados moroso, bem como a complexa prática da anonimização, pois a simples substituição do nome em entrevista, pode não ser suficiente.

Perante o desafio de compreender os hábitos e práticas quotidianas das crianças, bem como perceber quais são os seus pontos de vista e representações face à sua condição de filhos/enteados, serão utilizadas metodologias visuais (Aires, 2011), recorrendo à solicitação de desenhos infantis e fotografias, consoante a faixa etária. O desenho infantil transporta a linguagem específica da criança, que esta “utiliza diariamente através da qual expressa de modo original e único o seu pensamento, sentimentos, sensações, desejos e emoções mas também interpretações e conhecimentos sobre uma determinada situação que foi, ora experiências, ora imaginada” tal como acontece na temática que abraça este estudo (Costa et al, 2013: 32). Este tipo de metodologia fomenta a “exploração da realidade social e cultural” servindo de estímulo para a conversa subsequente com as crianças (Campos, 2011: 238). Admitimos que a metodologia criativa supracitada, será decisiva para uma abordagem menos adultocêntrica e mais próxima do olhar da criança. A conjugação destas distintas técnicas de recolha de dados permite alcançar conhecimentos e contributos novos.

Referências

- Aboim, Sofia (2005). “Dinâmica de integração e tipos de conjugalidade”, In Wall, Karin. (org.), *Famílias em Portugal*. Edição da Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa.
- Aboim, Sofia (2010). “Género, família e mudança em Portugal”, In Wall, Karin. (coord.) *A Vida Familiar no Masculino: Negociando Velhas e Novas Masculinidades*. Edições da CITE. Lisboa. Pg. 39 - 66.
- Aboim, Sofia (2011). *Vidas conjugais: do institucionalismo ao elogio da relação, in História da Vida Privada em Portugal: os nossos dias*. Edições Círculo de Leitores. Maia. Pg. 80 - 111.
- Aguilar, José. (2008 [2006]). *Síndrome da Alienação Parental: filhos manipulados por um cônjuge para odiar o outro*. Editorial Caleidoscópio. Casal de Cambra.
- Agulhas, Rute (2014). Comunicação proferida no Programa Sociedade Civil (RTP2), 14 de julho de 2014, passível de visualização em: <http://www.rtp.pt/programa/tv/p30725/e127&source=mail>
- Aires, Luísa (2011). “Paradigma qualitativo e as práticas de investigação educacional”, Universidade Aberta. Lisboa.

- Alarcão, M. (2000). *(Des)Equilíbrios Familiares - uma visão sistémica*. Edições Quarteto. Coimbra.
- Almeida, Ana e WALL, Karin (1995). “A Família”, in Ferreira, E. (org.), *Portugal Hoje*. Edições INA. Lisboa. Pg. 31 - 53.
- APIPDF (2013). *Separação do casal: guia para enfrentá-lo sem prejudicar os filhos*. Edição da CML / Imprensa Municipal. Lisboa.
- Ariès, Philippe (1960). *L'Enfant et la Vie familiale sous l'Ancien Régime*, Edições Plon. Paris.
- Ariès, Philippe (1973). D’hier à aujourd’hui, d’une civilisation à l’autre, *Couples et familles dans la société d’aujourd’hui*. Edição Chroniques sociável. França.
- Atalaia, Susana (2014). “Famílias recompostas em Portugal”, comunicação proferida no VIII Congresso Português de Sociologia, Évora, 14 - 16 abril de 2014.
- Bassand, Michel; Kellerhals, Jean (1975). *Familles Urbaines et Fécondité*. Edições Librairie de l’Université – George. Genebra.
- Bawin-Legros, Bernadette (1988). *Familles, marriage, divorce*. Edições Pierre Mardaga. Bruxelas.
- Beck, Ulrich e Beck-Gernsheim, Elisabeth (1995), *The Normal Chaos of Love*, Edições Polity Press. Cambridge.
- Carreira, Marta (2012). “Famílias Reconstruídas. A Figura da Madrasta: dos Contos Infantis às Representações das Crianças” Atas do VII Congresso Português de Sociologia, Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, disponível em http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0462_ed.pdf.
- Costa, Rosalina (2001). “«Lar doce lar...» A propósito das utilizações metafóricas da família”, in Silva, Augusto. *Economia e Sociologia*, vol. 71. Edição do Instituto Superior Económico e Social. Évora. Pg. 41 - 53.
- Costa, Rosalina; Portas, Raquel; Dias, Sofia (2014). “O Meu Quarto é o Meu Mundo – Estudo de casos múltiplos sobre mundos da vida e culturas da infância na contemporaneidade”, in Nico, Bravo; Nico, Lurdes Pratas (Eds.); Ferreira, Fátima; Tobias, Antónia (Orgs.). *Educações no Alentejo*. Edições Pegado. Mangualde. Pg. 60 – 68.
- Cunha, Vanessa (2007). *O lugar dos filhos: ideais, práticas e significados*. Edição da Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa.
- Dias, Sofia (2013a). Conciliação entre a vida familiar e profissional: Experiências e Práticas de Conciliação e Representações Sociais face ao “Sentido dos Direitos”. *Revista Sociologia Online*, (6). Lisboa. Pg. 51 - 68.
- Dias, Sofia (2013e). Conjugalidades de ontem e de hoje..., *Jornal Terras Brancas*, n.º 498. Borba.
- Dias, Sofia (2013f). Padrastos & Madrastas, *Jornal Terras Brancas*, n.º 501. Borba.
- Dias, Sofia (2013g). Os telespectadores de palmo e meio, *Jornal Terras Brancas*, n.º 492. Borba.
- Furstenberg, Frank et al (1987). L’itinéraire des enfants du divorce: rupture conjugale et contacts des enfants avec le parent non-gardien, *Dialogue*.
- Gameiro, José (2001). *Os Meus, os Teus e os Nossos: novas formas de família*. Edições Terramar. 1.ª Ed. de 1998. Lisboa.
- Gersão, Eliana (2014), *A criança, a família e o direito*, Edição da Fundação Francisco Manuel dos Santos. Lisboa.
- Giddens, Anthony (1996 [1992]), *Transformações da Identidade – sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*, Edições Celta. Oeiras.
- Giddens, Anthony (2010). *Sociologia*. Edição da Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.

- Goode, W. (1993). *World Changes in Divorce Patterns*. Edições Yale University. Londres.
- Kellerhals, Jean; Troutot, Pierre-Yves; Lazega, Emmanuel (1984). *Microsociologia da Família*, Edições Europa-América. Mem Martins.
- Leandro, Engrácia. (2001). *Sociologia da Família nas Sociedades Contemporâneas*. Universidade Aberta. Lisboa.
- Lobo, Cristina (1995). Do (re)casamento às estratégias de recomposição familiar. *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 18. Pg. 69 - 95.
- Lobo, Cristina (1996). Padrasto no quotidiano. *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 19. Pg. 67 - 82.
- Marques, Ana (2008). Eu gosto do meu filho, mas... Parentalidades entre o desejo e a realidade. *E-Working Paper*, n.º 39. Edições CIES. Lisboa. Pg. 1 - 31.
- Michel, Andrée (1983). *Sociologia da família e do casamento*, Edições RÉS - Editora. Porto.
- Perista, Heloísa (2002). Género e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens, *Revista Análise Social*, vol. XXXVII (163). Lisboa. Pg 447 - 474.
- Portinha, Inês (2014). Comunicação proferida no Programa Sociedade Civil (RTP2), 14 de julho de 2014, passível de visualização em: <http://www.rtp.pt/programa/tv/p30725/e127&source=mail>.
- Ricci, Isolina (2004 [1997]). *Casa da Mãe, Casa do Pai*. Edições Sílabo. Lisboa.
- Roussel, Louis (1980). Mariages et divorces. Contribution à une analyse systématique des modèles matrimoniaux, *Populations*, n.º6.
- Roussel, Louis (1992). O futuro da família, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 11. Tradução de Miguel Wandschneider. Lisboa. Pg. 165 – 179.
- Sampaio, Daniel. (2006). *Lavrar o Mar: Um novo olhar sobre o relacionamento entre pais e filhos*. Editorial Caminho. Lisboa.
- Santos, Filomena (2013). Without Ceremony and Without Papers. The diversity of conjugal cohabitation in Portugal. *Journal of Education, Psychology and Social Sciences*. Edições Thomson, LTD. Eslováquia. Pg. 31 – 44.
- Saraceno, Chiara (1997). *Sociologia da Família*. Edições Estampa. Lisboa.
- Sarmiento, Manuel (2005). Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. *Educação & Sociedade*, vol. 26, n.º 91. Campinas. Pg. 361 – 378.
- Singly, François (2000). *O Eu, o Casal e a Família*, Edições Dom Quixote. Alfragide.
- Singly, François (2011). *Sociologia da Família Contemporânea*, Edição Texto & Grafia. Lisboa.
- Théry, Irène (1995). *Recomposer une Famille, des rôles et des sentiments*. Edições Textuel. Paris.
- Torres, Anália (1992). Fatalidade, Culpa, Desencontro - Formas de ruptura conjugal, *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 11.
- Torres, Anália (1996). *O Divórcio em Portugal, ditos e interditos: Uma análise Sociológica*. Editora Celta. Oeiras.
- Wall, Karin (1993). Elementos sobre a sociologia da família em Portugal, *Análise Social*, vol. XXVIII (123-124). Lisboa.
- Wall, Karin; Guerreiro, M^a das Dores (2005). “A divisão familiar do trabalho” In Wall, Karin (org.) *Famílias em Portugal*. Ed. Instituto de Ciências Sociais. Lisboa. Pg. 303 – 362.

Wall, Karin; Aboim, Sofia e Cunha, Vanessa (coord.) (2010). *A Vida Familiar no Masculino. Negociando velhas e novas masculinidades*. CITE. Lisboa.

Wall, Karin (coord.); Atalaia, Susana; Leitão, Mafalda; Marinho, Sofia. (2013). Relatório de 2012, OFAP. *Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. Lisboa.

Winterhoff, Michael. (2011). *Porque é que os nossos filhos se tornam tiranos?*. Edições Lua de Papel. Alfragide.